



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31300129390

Código da Natureza Jurídica

2054

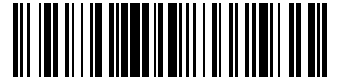
Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA II S.A.
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGN2586353789

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	007			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES

FRANCISCO SA
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

28 AGOSTO 2025
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
Data

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

_____/_____/_____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

_____/_____/_____
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13012857 em 03/09/2025 da Empresa REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA II S.A., Nire 31300129390 e protocolo 255731035 - 01/09/2025. Efeitos do registro: 21/08/2025. Autenticação: A719F8669BC0D9FF3EFCC34352F10B6E17CBEBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/573.103-5 e o código de segurança ulAd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/573.103-5	MGN2586353789	01/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
905.929.306-10	JAQUELINE MOTA FERREIRA OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13012857 em 03/09/2025 da Empresa REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA II S.A., Nire 31300129390 e protocolo 255731035 - 01/09/2025. Efeitos do registro: 21/08/2025. Autenticação: A719F8669BC0D9FF3EFCC34352F10B6E17CBEB. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/573.103-5 e o código de segurança ulAd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S.A.

CNPJ: 35.067.262/0001-58

NIRE: 3130012939-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2025

1. Data, hora e local: Aos 21 dias do mês de agosto de 2025, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital, na sede da Companhia, localizada na Rodovia BR 122, s/n, Km 208, Fazenda Hollywood, Zona Rural, na cidade de Francisco Sá, estado de Minas Gerais, CEP 39.580-000.

2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 (“LSA”), em virtude da presença da acionista representando a totalidade do capital social votante da Companhia, conforme se verifica das assinaturas no “Livro de Presença de Acionistas”, constituindo, portanto, quórum legal para instalação e deliberação das matérias constantes da ordem do dia.

3. Mesa: Presidente, Sr. Guilherme Fiuza Muniz; e Secretária, Sra. Jaqueline Mota F. Oliveira.

4. Ordem do dia: (i.b) deliberar sobre a alteração do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia; (i.b) aprovar a consolidação da nova redação do Estatuto Social da Companhia; e (ii) deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia.

5. Deliberações: Pela acionista representando a totalidade do capital social votante da Companhia, foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:

5.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º da LSA.

5.2. Aprovar a alteração do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, de modo a permitir a eleição de diretores por mandatos de até 3 anos, de modo que esse passa, a partir desta, a vigorar com a seguinte redação:

A Diretoria será composta de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo- Financeiro e um Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por até 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

5.3. Aprovar a consolidação da nova redação do Estatuto Social da Companhia, que faz parte integrante desta ata como **Anexo I**.

5.4. Aprovar a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia, todos com mandato até o dia 24 de Abril de 2028, conforme segue: (i) **Guilherme Perdigão Nascimento**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade n.º 07.380.355-3, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/ME sob o n.º 001.575.697-13, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, n.º 228 - Sala 1301, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.250-906, designado **Diretor Presidente**; (ii) **Erick Domingues Alencar**, brasileiro, administrador, casado, portador da



cédula de identidade nº M8832604, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 036.114.026-64, residente e domiciliado na cidade de Uberlândia, com escritório na Avenida Maria Silva Garcia, nº 403, Granja Marileusa, Uberlândia/MG, CEP: 38.406-634, designado Diretor Administrativo Financeiro; e (iii) **Fernando Lima Costalonga**, brasileiro, viúvo, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade nº 118935113, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 045.199.646-10, residente e domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, nº 228 - Sala 1301, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.250-906, designado Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia.

- 5.5.** Os Diretores eleitos declaram que (i) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, contra a fé – pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, conforme previsto no §1º do art. 147 da Lei das S.A.; (ii) não estão condenados à pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta, conforme estabelecido no §2º do art. 147 da Lei das S.A.; (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, na forma do inciso I do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (v) não têm nem representam interesse conflitante com o da Companhia, na forma do inciso II do §3º do art. 147 da Lei das S.A.; (vi) não são pessoas expostas politicamente, conforme definição prevista na regulamentação aplicável; e (vii) atendem aos requisitos de indicação como membros da administração previstos na “Política de Indicação e Remuneração dos Administradores”, aprovada pelo Conselho de Administração da Energisa S.A. em reunião realizada em 25 de outubro de 2023, consoante Docs. 2 que, numerados e autenticados pela mesa, ficam arquivados na Companhia.

- 6. Encerramento e Lavratura:** Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata, cuja leitura foi dispensada pela totalidade dos acionistas presentes, foi assinada pelos membros da Mesa. **Mesa:** as) Guilherme Fiuza Muniz – Presidente; as) Jaqueline Mota F. Oliveira – Secretária; **Acionista:** as) Alsol Energias Renováveis S.A. - representada pelo procurador João Paulo Moraes e Silva Paes de Barros.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia.

Jaqueline Mota F. Oliveira
Secretária



ANEXO I

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S.A. REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2025

ESTATUTO SOCIAL
REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA II S.A.
CNPJ: 35.067.262/0001-58
NIRE: 3130012939-0

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, FILIAIS, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A Reenergisa Geração Fotovoltaica II S.A. é uma companhia fechada regida pelo presente Estatuto e pelas leis vigentes, tendo sua sede e foro na Cidade de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, na Rodovia BR 122, KM 208, Fazenda Hollywood, Zona Rural, CEP 39.580-000 (“Companhia”).

Parágrafo único – Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir e encerrar filiais, estabelecimentos, escritórios, agências de representação, em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Artigo 2º - A sociedade tem por objeto social específico a implantação, o desenvolvimento e a exploração de uma usina solar de 2,5 (dois virgula cinco) MW (mega -watt pico), na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada, no município de Francisco Sa, estado de minas gerais, em conformidade com o disposto nas resoluções normativas n. 482/2012 e n 687/2015 da Aneel, e, podendo praticar o comercio atacadista de outras máquinas e equipamentos de geração de energia, ainda nos termos e condições consensualmente neste estatuto social e no acordo de acionistas, que partes neste mesmo ato. A exploração da usina solar será realizada através de locação a terceiros de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia solar fotovoltaica.

Parágrafo único - A exploração da usina solar será realizada através de locação a terceiros de equipamentos para geração, transmissão e distribuição de energia solar fotovoltaica.

Artigo 3º - A Companhia poderá ampliar suas atividades a todo e qualquer ramo que, direta ou indiretamente, tenha relação com seus objetivos sociais.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º - O capital social da Companhia, inteiramente subscrito e integralizado, é de R\$ 17.414.348,62 (dezessete milhões, quatrocentos e quatorze mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos), dividido em 12.309.918 (doze milhões, trezentos e nove mil, novecentos e dezoito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Parágrafo Segundo - As ações da Companhia poderão ser conversíveis de uma espécie em outra, desde que mediante aprovação dos acionistas representando a totalidade do capital social.

Parágrafo Terceiro - Por deliberação de acionistas titulares de ações que representem a maioria do capital social da Companhia, poderão ser criadas ações preferenciais nominativas, com as preferências e vantagens que lhe forem atribuídas pela Assembleia Geral que aprovar sua emissão.



CAPÍTULO III ASSEMBLÉIAS GERAIS DOS ACIONISTAS

Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

Parágrafo Primeiro – A mesa da Assembleia Geral será composta de um presidente e um secretário, sendo aquele escolhido por aclamação ou eleição e este nomeado pelo presidente da Assembleia Geral, a quem compete dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões.

Parágrafo Segundo – Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião.

Parágrafo Terceiro – Quinze dias antes da data das assembleias, ficarão suspensos os serviços de transferências, conversão, agrupamento e desdobramento de certificados.

CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO

Artigo 7º – A Companhia será administrada por uma Diretoria.

Artigo 8º – A remuneração global da Diretoria será fixada pela Assembleia Geral e sua divisão entre os membros será determinada pela Diretoria.

Artigo 9º – A Diretoria será composta de um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato por até 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Findos, normalmente, os mandatos, permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Primeiro – Admitir-se-á a existência de até um cargo vago na Diretoria, podendo a Assembleia Geral determinar o exercício cumulativo, por um, das atribuições de outro diretor.

Parágrafo Segundo – Na ausência ou no impedimento de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor que dentre os demais seja escolhido e designado pela Assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – Observado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo 13, no caso de vaga na Diretoria, a Assembleia Geral, no período de 30 (trinta) dias a contar da vacância, elegerá um novo Diretor para completar o mandato do substituído.

Parágrafo Quarto – A Diretoria se reunirá sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros e com a presença da maioria deles, cabendo ao Diretor-Presidente presidir as reuniões.

Parágrafo Quinto: Compete à Diretoria:

- 1) Representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social, bem como perante os acionistas, público em geral, empresas privadas e Administração Pública e no relacionamento com quaisquer entidades;
- 2) Elaborar as demonstrações financeiras e o Relatório de Administração da Companhia, submetendo-os à auditoria independente e à aprovação dos acionistas;



- 3) Estabelecer políticas, objetivos e diretrizes da gestão operacional;
- 4) Implementar as diretrizes estratégicas e a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- 5) Propor e executar os planos de negócios, os orçamentos anuais e os planos de longo prazo, neles incluídos investimentos e desinvestimentos, aquisições e alienações de bens do ativo permanente, a entrada em novos ramos de negócios e os limites máximos de endividamento;
- 6) Analisar a performance geral da Companhia acompanhando os desvios dos planos e executando medidas corretivas;
- 7) Propor para aprovação dos acionistas a participação, ou aumento de participação da Companhia no capital de outras empresas, bem como, a alienação total ou parcial dessa participação;
- 8) Propor aumento do Capital Social ou redução de capital da Companhia, transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia submetendo à aprovação dos acionistas;
- 9) Propor a estrutura da diretoria da Companhia para aprovação dos acionistas, observadas as disposições legais;
- 10) Propor, observar e cumprir a política de gestão de riscos;
- 11) Aprovar o plano de cargos, o quadro pessoal, a tabela de remuneração e o regulamento de pessoal da Sociedade, observada a Política de Remuneração;
- 12) Executar as ações de responsabilidade Social e Ambiental da Companhia, considerando estas dimensões na definição dos negócios e operações e avaliando a sua efetiva contribuição para a sociedade onde atua;
- 13) Observar a arquitetura da marca e fortalecer os atributos desejados da marca e a imagem institucional;
- 14) Aprovar o estabelecimento de representação da Companhia em qualquer parte do território nacional;
- 15) Aprovar, por meio de ata da Diretoria, a constituição de ônus reais sobre bens da Companhia e qualquer outra forma de outorga de garantias para concessão de garantias em seu favor, sendo vedadas tais prestações de garantias a qualquer pessoa física ou jurídica que não em benefício da própria Companhia;
- 16) Reunir mediante convocação por escrito do Diretor Presidente ou de qualquer um de seus membros, decidindo por maioria de votos, presente a maioria dos Diretores, cabendo ao Diretor Presidente além do voto comum, o de qualidade. Na ausência do Diretor Presidente, a prerrogativa de proferir voto de qualidade, será transferida ao Diretor Administrativo-Financeiro;
- 17) Deliberar sobre assuntos julgados pelo Diretor Presidente ou pelos demais Diretores, como de competência colegiada da Diretoria ou a ela atribuídos pela Lei, pelo Estatuto Social ou pela Assembleia Geral de Acionistas;
- 18) Cumprir o objeto social e as atividades, limites e responsabilidades constantes neste Estatuto Social; e
- 19) Exercer outras atividades que lhe sejam cometidas pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Assembleia Geral, pela Diretoria, pelos regimentos, normas, políticas e diretrizes.



Artigo 10 – Ao Diretor-Presidente competirá: a) administrar e gerir os negócios sociais da Companhia; (b) emitir e aprovar normas e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; (c) outros atos da administração geral da Companhia.

Artigo 11 – Ao Diretor Administrativo - Financeiro competirá (a) coordenar a elaboração do relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia; (b) coordenar as atividades financeiras da Companhia; e (c) coordenar as atividades administrativas e de recursos humanos da Companhia..

Artigo 12 – Ao Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia competirá(a) coordenar e supervisionar as atividades técnicas e operacionais da Companhia; (b) viabilizar a comercialização dos produtos (vendas e marketing); (c) representar a Companhia externamente (advocacy); (d) prospectar, fomentar e desenvolver novos negócios; (e) promover o desenvolvimento tecnológico e científico da Companhia; e (f) apoiar no desenvolvimento do plano estratégico da empresa..

Artigo 13 – A Companhia obrigar-se-á:

a) pela assinatura de dois de seus Diretores em conjunto, nos atos de constituição de procuradores que atuarão em nome da Companhia, com exceção para as procurações outorgadas a advogados, as quais poderão ser outorgadas de acordo com o disposto no item (ii) da alínea “c” abaixo. No instrumento de mandato que designar tais procuradores, deverão constar poderes específicos para os atos ou operações que poderão praticar os mandatários, bem como a duração do mandato.

b) pela assinatura conjunta de (i) dois Diretores; ou (ii) um Diretor e de um procurador, de acordo com a extensão dos poderes que a estes houverem sido conferidos, ou (iii) por 02 procuradores nomeados na forma da alínea “a” acima, desde que pelo menos um dos mandatários esteja investido nos cargos de diretores estatutários, gerente, coordenadores, superintendente ou diretor empregado de seus acionistas, controladas ou coligadas, e deverá ser especificado no instrumento de mandato um limite de alçada e o cargo ocupado pelos outorgados. Além disso, o instrumento de mandato deverá constar a extensão dos poderes outorgados, bem como o prazo do mandato.

c) pela assinatura de quaisquer dos Diretores em exercício ou procurador nomeado na forma da alínea “a” acima, isoladamente, para a:

(i) prática de atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, a Receita Federal do Brasil e seus postos, inspetorias e agências, empresas públicas e de economia mista, o Banco Central do Brasil, e suas carteiras, a assinatura de recibos por pagamento à Companhia, através de cheques em favor desta, atos como representante ou preposto em Juízo ou Tribunais, endosso de cheques apenas para depósito em conta bancária da Companhia e a emissão e endosso de faturas e outros títulos de crédito exclusivamente para cobrança bancária e consecutivo depósito em conta da Companhia.

(ii) constituição de procuradores para atuação em processos judiciais e administrativos de interesse da Companhia, com os poderes da cláusula “ad judicia” e “et extra”, bem como, quando de tais poderes se encontrarem investidos, os de receber citação, confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação e firmar compromisso, para atuarem, em conjunto ou isoladamente. Tais procurações poderão ter prazo indeterminado de duração e poderão autorizar o substabelecimento.

(iii) nomeação de prepostos da Companhia para representá-la em quaisquer questões junto à Justiça do Trabalho, nos termos da Lei.

Parágrafo primeiro –A prática dos atos fora do curso normal dos negócios da Companhia, deverá haver autorização expressa da Assembleia Geral que poderá autorizar que qualquer Diretor ou procurador a ser constituído na forma da alínea “a” acima, representem isoladamente a Companhia, independentemente das demais disposições deste artigo 13.



Parágrafo segundo – Para todos os demais atos, contratos e documentos não mencionados neste artigo 13 que criem obrigações para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigações para com ela e que não dependam de prévia autorização da Assembleia Geral, serão necessárias as assinaturas de dois Diretores em conjunto, ou a de um só procurador nomeado na forma da alínea “a”.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 14 – A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, o qual entrará em funcionamento nos exercícios sociais em que for instalado pela assembleia geral que eleger os respectivos titulares, fixando-lhes a remuneração.

Artigo 15 – Os conselheiros fiscais terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Artigo 16 – O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 17 – As demonstrações financeiras e a destinação dos resultados obedecerão às prescrições legais e às deste Estatuto Social.

Parágrafo único – A Companhia levantará balanços semestrais, podendo fazê-lo também, a critério da administração, trimestralmente ou em períodos menores. A Diretoria poderá deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores, observados, neste último caso os limites legais.

Artigo 18 – Satisfeitos os requisitos e limites legais, os administradores da Companhia terão direito a uma participação de até 10% (dez por cento) sobre os resultados do período, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. A Assembleia Geral decidirá sobre a distribuição desta quota entre os Diretores, bem como o percentual a ser distribuído.

Artigo 19 – Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal de que trata o art. 193 da Lei n.º 6.404/76.

Artigo 20 – A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202, da Lei n.º 6.404/76.

Artigo 21 – Após as destinações mencionadas nos artigos anteriores, o saldo do lucro líquido será levado à conta de uma reserva, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital, para renovação e ampliação de instalações e para investimentos, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das atividades sociais, ou terá outra destinação que, pela Assembleia Geral, lhe for dada.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Artigo 22 – A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção, nos casos previstos em lei. Durante o período de liquidação será mantida a Diretoria, competindo-lhe nomear o liquidante.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/573.103-5	MGN2586353789	01/09/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
905.929.306-10	JAQUELINE MOTA FERREIRA OLIVEIRA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13012857 em 03/09/2025 da Empresa REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA II S.A., Nire 31300129390 e protocolo 255731035 - 01/09/2025. Efeitos do registro: 21/08/2025. Autenticação: A719F8669BC0D9FF3EFCC34352F10B6E17CBEBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/573.103-5 e o código de segurança ulAd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/12



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA II S.A., de NIRE 3130012939-0 e protocolado sob o número 25/573.103-5 em 01/09/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 13012857, em 03/09/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kenia Mota Santos Machado.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
905.929.306-10	JAQUELINE MOTA FERREIRA OLIVEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
905.929.306-10	JAQUELINE MOTA FERREIRA OLIVEIRA

Belo Horizonte, quarta-feira, 03 de setembro de 2025



Documento assinado eletronicamente por Kenia Mota Santos Machado, Servidor(a) Público(a), em 03/09/2025, às 17:53 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 25/573.103-5.





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. quarta-feira, 03 de setembro de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 13012857 em 03/09/2025 da Empresa REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA II S.A., Nire 31300129390 e protocolo 255731035 - 01/09/2025. Efeitos do registro: 21/08/2025. Autenticação: A719F8669BC0D9FF3EFCC34352F10B6E17CBEBE. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/573.103-5 e o código de segurança ulAd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/09/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/12